

Guiados pelo Socialismo rumo à paz e felicidade

N. 30/12/83 page 3

# Próximo ano será decisivo para resolução dos problemas do povo

— Presidente Samora Machel na mensagem do Fim-do-Ano à Nação moçambicana

O Presidente do Partido Frelimo, Presidente da República Popular de Moçambique e Comandante Chefe das Forças Armadas de Moçambique, Machel, dirigiu-se ontem à Nação, na habitual mensagem de Fim-do-Ano. Passamos a transcrever na íntegra a referida mensagem:

Moçambicanos, Moçambicanos: Compatriotas, Caros amigos,

Estamos a terminar o ano de 1983. Nesta quadra festiva é tradição nossa recordar, embora resumidamente, o que foi feito no ano prestes a terminar, e traçar as perspectivas para o ano seguinte. Fazemos isto porque é nossa obrigação analisar o trabalho realizado, colher lições das vitórias e também dos erros e insuficiências para fortalecer a nossa consciência de construtores da Pátria socialista. Através dos quadros do Partido e do Estado, responsáveis a vários níveis, e outros cidadãos moçambicanos aqui presentes dirigimo-nos a toda a Nação moçambicana, aos milhões de operários, camponeses, soldados, trabalhadores dos serviços e empresas, professores, enfermeiros e outros trabalhadores, aos homens, mulheres, jovens que, com a certeza da vitória, não poupam esforços e sacrifícios para tornar mais forte e próspera a sua Pátria socialista, para liquidar o subdesenvolvimento e o banditismo armado.

Compatriotas:

Vivemos uma situação económica difícil durante o ano de 1983. Ela foi o resultado de factores externos, por um lado e de factores decorrentes dos efeitos das calamidades naturais e das nossas próprias deficiências. Os factores externos que tiveram maior peso no agravamento da situação económica do nosso país foram:

- as acções do banditismo armado criado e fomentado pelo regime racista da África do Sul;
- a crise económica internacional.

A seca que há vários anos assola vastas regiões do nosso país provocou este ano prejuízos directos que se podem estimar em mais de seis milhões de contos. Nenhuma cifra pode, no entanto, traduzir a tragédia que se abateu sobre a população que, com a certeza da vitória, não poupou esforços e sacrifícios para tornar mais forte e próspera a sua Pátria socialista, para liquidar o subdesenvolvimento e o banditismo armado.

Saudamos calorosamente todos os povos, governos e organizações que nos têm apoiado no combate aos efeitos deste flagelo.

As consequências da seca são agravadas pela acção criminosa dos bandos armados, que procuram, por todos os meios, impedir a produção, destroem as culturas, pilham o gado e os poucos haveres das populações e dificultam a canalização da assistência humanitária às zonas afectadas. Como consequência deste conjunto de factores negativos, os níveis de produção agrícola baixaram durante este ano, nomeadamente no que se refere a produtos alimentares como o milho e o arroz.

As actividades económicas, verificaram-se também quebras em especial no sector do açúcar, no carvão, devido à interrupção do seu escoamento, e no ramo dos petróleos, pois não conseguimos comprar as quantidades necessárias de petróleo bruto.

Na área dos transportes, o tráfego de carga dos nossos caminhos de ferro diminuiu devido à constante sabotagem praticada pelos bandos armados prejudicando os tráfegos para e da África do Sul, Zimbábue e Malawi.

Em consequência desta diminuição da actividade económica reduziu-se a nossa capacidade de importação daquilo de que necessitamos para aprovisionar normalmente a nossa economia.

Constatamos também a acção negativa de insuficiências organizacionais e de problemas de deficiente utilização dos recursos produtivos que possuímos.

Constatamos principalmente que não estávamos a valorizar correctamente a experiência das zonas libertadas, a aplicar o princípio de lutar com as próprias forças, a considerar o homem como o factor decisivo do combate.

Nel esta difícil situação económica que realizamos o IV Congresso. O IV Congresso do Partido Frelimo definiu com clareza as grandes prioridades para a fase actual: o combate à fome e à nudez e a liquidação dos bandos armados.

Esta definição de prioridades resultou da reflexão rica e profunda feita pelos delegados ao Congresso sobre a experiência dos primeiros

anos da nossa independência e sobre as causas das nossas dificuldades actuais.

O Congresso definiu que, a par dos grandes projectos económicos, que serão a espinha dorsal do nosso desenvolvimento temos de concentrar as nossas atenções na satisfação das necessidades imediatas do Povo e dar apoio aqueles sectores que mais directamente responder a essas necessidades.

Por outro lado, a liquidação dos bandos armados é a condição para que haja paz e tranquilidade no nosso país. Sem paz e tranquilidade não pode haver crescimento económico, não pode haver desenvolvimento social. Sem paz não pode haver desenvolvimento.

Imediatamente após a realização do Congresso, teve início um amplo processo de reconversão da nossa estrutura económica para dar resposta às prioridades definidas.

A nível da agricultura, aumentaram-se as áreas das culturas alimentares no sector estatal, ao mesmo tempo que se procura aumentar os rendimentos por hectare para as culturas de exportação.

Nas unidades agrárias estatais, foi introduzida a produção pecuária, com vista não só ao abastecimento dos trabalhadores, como à comercialização.

Tanques para cultura de peixes foram criados em muitas unidades, contando com os conhecimentos e recursos locais.

O sector estatal agrícola foi reorganizado, de modo a conseguir-se uma melhor gestão.

As actividades económicas, verificaram-se também quebras em especial no sector do açúcar, no carvão, devido à interrupção do seu escoamento, e no ramo dos petróleos, pois não conseguimos comprar as quantidades necessárias de petróleo bruto.

Na área dos transportes, o tráfego de carga dos nossos caminhos de ferro diminuiu devido à constante sabotagem praticada pelos bandos armados prejudicando os tráfegos para e da África do Sul, Zimbábue e Malawi.

Em consequência desta diminuição da actividade económica reduziu-se a nossa capacidade de importação daquilo de que necessitamos para aprovisionar normalmente a nossa economia.

Constatamos também a acção negativa de insuficiências organizacionais e de problemas de deficiente utilização dos recursos produtivos que possuímos.

Constatamos principalmente que não estávamos a valorizar correctamente a experiência das zonas libertadas, a aplicar o princípio de lutar com as próprias forças, a considerar o homem como o factor decisivo do combate.

Nel esta difícil situação económica que realizamos o IV Congresso. O IV Congresso do Partido Frelimo definiu com clareza as grandes prioridades para a fase actual: o combate à fome e à nudez e a liquidação dos bandos armados.

Esta definição de prioridades resultou da reflexão rica e profunda feita pelos delegados ao Congresso sobre a experiência dos primeiros

anos da nossa independência e sobre as causas das nossas dificuldades actuais.

O Congresso definiu que, a par dos grandes projectos económicos, que serão a espinha dorsal do nosso desenvolvimento temos de concentrar as nossas atenções na satisfação das necessidades imediatas do Povo e dar apoio aqueles sectores que mais directamente responder a essas necessidades.

Por outro lado, a liquidação dos bandos armados é a condição para que haja paz e tranquilidade no nosso país. Sem paz e tranquilidade não pode haver crescimento económico, não pode haver desenvolvimento social. Sem paz não pode haver desenvolvimento.

Imediatamente após a realização do Congresso, teve início um amplo processo de reconversão da nossa estrutura económica para dar resposta às prioridades definidas.

A nível da agricultura, aumentaram-se as áreas das culturas alimentares no sector estatal, ao mesmo tempo que se procura aumentar os rendimentos por hectare para as culturas de exportação.

Nas unidades agrárias estatais, foi introduzida a produção pecuária, com vista não só ao abastecimento dos trabalhadores, como à comercialização.

Tanques para cultura de peixes foram criados em muitas unidades, contando com os conhecimentos e recursos locais.

O sector estatal agrícola foi reorganizado, de modo a conseguir-se uma melhor gestão.

Cooperativas. Melhora-se o relacionamento com o sector estatal, por forma a que se dê mais apoio às cooperativas.

Os sectores familiar e privado começaram a ter apoio concreto, nomeadamente no que se refere a sementes, peças, ferramentas e equipamento. Embora estas acções não respondam à quantidade necessária, as necessidades, constituem um passo em frente no sentido de capacitar melhor estes dois sectores para desempenharem o importante papel social que lhes cabe no combate à fome e à nudez.

Também ao nível industrial, foram priorizados os sectores que mais directamente contribuem para o combate à fome e à nudez. Uma especial atenção está a ser dada aos ramos industriais que intervêm quer na produção de alimentos e de roupa quer na de peças e equipamentos.

No último semestre de 1983, foram feitos grandes esforços na importação de bens de consumo destinados à comercialização agrícola, embora se verifique serem ainda insuficientes as quantidades introduzidas no mercado. Os efeitos positivos desta acção sentem-se já no engajamento dos camponeses para o aumento da produção.

A fim de se garantir a implementação das prioridades definidas pelo Congresso, procedeu-se a uma ampla reorganização do Aparelho de Estado, por forma a adequá-lo melhor a essas prioridades e assegurar a correcta direcção dos sectores estratégicos.

Dezenas de quadros qualificados que se encontravam nas estruturas centrais, fechados em gabinetes e muitas vezes sem tarefa concreta, foram afectados a unidades económicas. Os efeitos positivos desta medida fazem-se já sentir na melhoria da qualidade da direcção em vários sectores produtivos.

Outra decisão do Congresso foi a de reforçar a direcção do Partido ao nível local. Uma medida muito importante neste sentido foi a designação de membros do Bureau Político para dirigentes de várias províncias do nosso país. São já visíveis os resultados positivos desta medida na dinamização da vida política, económica e social nessas províncias.

A Operação Produção, desenhada em cumprimento das orientações do Congresso, foi vivamente saudada pelo nosso povo.

A Operação Produção constitui um processo de recuperação de milhares de moçambicanos que por razões diversas haviam caído na marginalidade, na corrupção e no crime. Através do seu engajamento na produção, esses moçambicanos transformam-se em cidadãos válidos, em homens e mulheres integrados na nova sociedade. A Operação Produção, no seu conjunto, está a atingir os objectivos traçados. Na sua esmagadora maioria, os elementos improditivos detectados pela Operação e encaminhados para diversos locais de produção estão já integrados nas suas tarefas.

A Operação Produção contribui, de uma forma directa, para a reorganização da vida nas nossas aldeias, libertando-as dos marginais e dos improditivos.

Neste contexto e no quadro da política da clemência que sempre norteou a FRELIMO em acreditar no homem, na sua capacidade de transformação através do trabalho útil e produtivo, a Comissão Permanente da Assembleia Popular decidiu conceder perdão a cidadãos que tinham cometido determinado tipo de crimes e que se encontram em situação orfandade. É uma atitude generosa do nosso Estado que os abrangidos por esta lei devem saber valorizar, e o nosso povo é mais uma vez chamado a colaborar na sua reintegração na sociedade moçambicana.

Os seus familiares, os amigos, as estruturas de base têm um papel decisivo para que estes cidadãos perdoados se sintam úteis à sua Pátria.

A Conferência Constitutiva dos Sindicatos Moçambicanos, constituiu um passo importante na realização dos objectivos definidos pelo IV Congresso. Os Sindicatos socialistas moçambicanos são o exercício do Partido para o combate contra a fome e a nudez, organizando os trabalhadores para o aumento da produção e da produtividade em todos os sectores.

Podemos afirmar que no ano de 1983 o povo moçambicano, a República Popular de Moçambique conseguiram aumentar o número dos seus amigos.

Na ofensiva diplomática que desenvolvemos no quadro das decisões do IV Congresso gostaríamos de assinalar algumas acções que contribuíram significativamente para atingirmos os objectivos que mencionamos.

As visitas que realizamos aos países socialistas irmãos, nomeadamente União Soviética, República Democrática Alemã e Jugoslávia e a visita que recebemos do Chefe de Estado da Roménia foram momentos importantes para o reforço da solidariedade internacionalista com os nossos aliados naturais.

A nossa participação nas Cimeiras da Organização da Unidade Africana e dos Chefes de Estado e de Governo dos Países Não-Alinhados contribuiu para o reforço da unidade dos países africanos e para o fortalecimento do movimento anti-imperialista.

Foi com grande honra e alegria que o nosso povo acolheu a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos países membros da SADC, instrumento para a libertação e independência económica dos países da África Austral.

O reforço da identidade de pontos de vista e a concertação das posições possibilitaram o aprofundamento da nossa estratégia de combate na luta comum que travamos contra o subdesenvolvimento.

Durante a visita à Europa Ocidental tivemos a oportunidade de dar a conhecer aos países visitados a imagem real da República Popular de Moçambique, da sua política, e das aspirações do povo moçambicano.

Moçambique (FPLM), as Forças Locais e as Milícias Populares pelas vitórias alcançadas, pelo seu exemplo de abnegação, de heroísmo e de dedicação patriótica, ao serviço do povo e da Revolução. A sua determinação e engajamento na defesa da Pátria são a garantia da vitória do socialismo no nosso país.

Moçambicanos, Moçambicanos: A nossa acção no campo diplomático consistiu na aplicação dos princípios que sempre nos têm guiado na nossa política externa.

Temos sabido estabelecer relações correctas com todos os países. Independentemente do seu sistema político e social, na base do respeito pela soberania nacional e integridade territorial, da não ingerência nos assuntos internos dos Estados, da igualdade, da reciprocidade dos benefícios e da solução pacífica dos conflitos.

Estes nossos princípios de política externa têm como objectivo o estabelecimento de um clima de entendimento de paz, de cooperação, de igualdade e justiça nas relações internacionais.

É nestas condições que entendemos reforçar os laços de amizade, cooperação e solidariedade com os povos do mundo inteiro.

É assim que a República Popular de Moçambique, ao aplicar estes princípios de uma forma consequente, tem granjeado maior amizade, respeito e prestígio, e se tem afirmado como país africano, socialista e não-alinhado.

Tivemos a honra de receber no nosso País, no decurso deste ano, delegações estatais no mais alto nível. Por outro lado, realizamos visitas

à África do Sul que tem violado constantemente estes princípios, porque tem seguido sistematicamente uma política de agressão contra o nosso povo, desde o tempo da nossa luta de libertação nacional.

Reafirmamos às autoridades sul-africanas que o estabelecimento de relações de boa vizinhança entre a República Popular de Moçambique e a República da África do Sul passa necessariamente pela cessação do apoio sul-africano aos bandos armados que o regime de Pretória recruta, treina, financia, equipa e dirige para desencadear acções criminosas contra o nosso Estado soberano.

Demonstramos que os bandos armados não são mais do que um braço prolongado do exército sul-africano.

Nestes contactos, a República Popular de Moçambique tem reafirmado os princípios da nossa política socialista de paz, condenando firmemente o sistema do «apartheid», a política de bantustanização e reiterando o nosso apoio político, diplomático e moral ao ANC, que luta pela democracia, que luta contra a discriminação racial e pela igualdade entre todas as raças na África do Sul.

O ANC existe há mais de 70 anos, é um dos movimentos mais antigos de África que desde a sua fundação luta pelos direitos civis de todos os cidadãos sul-africanos.

Devido à natureza e aos objectivos dos seus movimentos nacionalistas africanos na sua luta pela independência, os seus dirigentes ganharam o respeito de todo o mundo; Albert Lutuli, o primeiro Presidente do ANC foi distinguido com o Prémio Nobel da Paz; em todo o mundo cresce a campanha pela libertação de Nelson Mandela, preso injustamente pela igualdade entre os homens, condenado a prisão perpétua pelo regime do «apartheid»; Oliver Tambo é hoje o dirigente reconhecido como combatente de vanguarda pelos direitos de todos os sul-africanos.

Na sua composição, o ANC congrega pretos, brancos, mulatos, india-

nos o que, só por si, revela a sua natureza anti-racista.

Devido aos objectivos nobres por que luta, o ANC encontra-se profundamente enraizado no seio das massas sul-africanas, goza do prestígio de todos os povos do mundo, é reconhecido internacionalmente como um movimento que luta pela paz, pela igualdade, pelo direito de todos os sul-africanos a serem apenas cidadãos sul-africanos e não divididos em bantus, em brancos, em mulatos, em indianos, como é hoje característica da sociedade de «apartheid».

O ANC representa as aspirações próprias do povo sul-africano por uma pátria profundamente democrática e livre.

É por estas razões que o ANC goza do apoio incondicional de todos os povos amantes da paz, da justiça social e do progresso, entre eles do povo moçambicano.

Os nossos esforços e empenhamento na procura de soluções para o estabelecimento da paz na África Austral inserem-se na política global de paz de toda a Humanidade progressista. Ela opõe-se à crescente agressividade do imperialismo, patente nos últimos desenvolvimentos no Médio Oriente, na instalação de mísseis na Europa Ocidental, na intervenção estrangeira em Granada, na contínua invasão e ocupação de parte do território da República Popular de Angola.

Moçambicanos, Moçambicanos: O ano de 1984 será decisivo para a realização dos objectivos definidos pelo IV Congresso, um ano decisivo para a melhoria da vida do nosso Povo.

Não será ainda em 1984 que resolveremos todos os nossos problemas.

O sucesso da luta que no campo económico vamos travar em 1984 dependerá, em larga medida, do nosso rigor na realização dos objectivos traçados.

O Plano Estatal Central para 1984 conterá as directivas concretas para cada sector de actividade, fixando claramente as prioridades e definindo as áreas onde vamos concentrar os nossos recursos de que dispomos. Devemos assegurar que o aprovisionamento em factores de produção seja canalizado prioritariamente para essas áreas e que haja rigor e eficiência na sua utilização.

Os recursos de que dispomos custaram ao nosso Povo imensos sacrifícios. Temos, por isso, de garantir que eles sejam utilizados correctamente.

Impõe-se que, no próximo ano, prossigamos e aprofundemos a nossa política de austeridade, especialmente em áreas que têm grande peso no gasto de divisas, tal como a do consumo de combustíveis.

Devemos prosseguir, em 1984, as medidas para melhorar a direcção e gestão das empresas, de modo a torná-las dinâmicas e eficazes.

Na luta contra os bandos armados, devemos consolidar e desenvolver a ofensiva militar em curso, prosseguir até à liquidação total e completa do banditismo.

Para atingirmos estes objectivos daremos continuidade ao processo de reorganização das Forças Armadas de Moçambique (FPLM). Uma especial atenção será dada à reorganização do Serviço Militar Obrigatório, que deve ser uma escola onde se forja a unidade nacional e o patriotismo da nossa juventude generosa.

O envolvimento de todo o Povo e de todos os sectores da sociedade na defesa da Pátria é um objectivo fundamental definido pelo IV Congresso.

Todos os cidadãos devem receber treino militar e ter uma tarefa concreta na defesa dos seus locais de trabalho e de residência, enquadrados nas Milícias Populares. Assim, os cidadãos devem estar preparados para a defesa da Pátria e a eliminação do banditismo.

Queremos aproveitar esta ocasião para anunciar que, no âmbito da tradicional política de clemência do nosso Partido, os bandos armados que se entregarem às nossas autoridades acompanhados do respectivo armamento serão perdoados e devidamente reintegrados na sociedade moçambicana.

Os grandes sucessos alcançados na luta contra os bandos armados e os passos positivos já dados no campo económico permitem-nos afirmar com confiança o ano de 1984.

As condições já criadas constituem uma base sólida para que no próximo ano, a realização das tarefas definidas pelo IV Congresso avance seguramente nas áreas económica, social e militar.

Compatriotas, Moçambicanos, Moçambicanos: A LUTA CONTINUA! MUITO OBRIGADO.

Boas Festas e Feliz Ano Novo para todos.

Convido todos a que se juntem a mim num brinde:

- A saúde e felicidade do povo moçambicano!
- A paz, cooperação e amizade entre os povos!
- A LUTA CONTINUA! MUITO OBRIGADO.



O Presidente Samora Machel propondo um brinde, após a leitura da mensagem do Fim-do-Ano